

HABEAS CORPUS Nº 479.076 - SP (2018/0302961-6)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : SONIA MARIA DA SILVA
ADVOGADO : SÔNIA MARIA DA SILVA - SP094773
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOEL FLORES DA SILVA COSTA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de JOEL FLORES DA SILVA COSTA, contra r. **decisum** proferido pelo em. desembargador do eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o ora paciente foi preso em flagrante e, posteriormente, teve sua prisão convertida em preventiva pela prática, **em tese**, dos delitos capitulados no art. 157, § 2º, II, do Código Penal e art. 244-B da Lei n. 8.069/90.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal de origem requerendo a revogação da prisão cautelar. O Em. Desembargador Relator indeferiu o pedido liminar.

Daí o presente **writ**, no qual sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal devido à **ausência de fundamentos idôneos que justifiquem a manutenção da prisão preventiva**.

Aponta, ainda, a presença de **condições favoráveis** do paciente.

Requer, ao final, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva do paciente com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

A medida liminar foi **deferida** às fls. 106-109.

As informações foram prestadas às fls. 119-126 e 131-136.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 138-142, pela **concessão da ordem** em parecer assim ementado:

"HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO (ART. 157, § 2º, II DO CP) E CORRUPÇÃO DE MENORES (ART. 244-B DO ECA). IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. JULGAMENTO DO WRIT PELO TRIBUNAL DE ORIGEM RECONHECENDO A PERDA DO OBJETO EM RAZÃO DA LIMINAR DEFERIDA POR ESSA E. CORTE FLAGRANTE ILEGALIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA. ANÁLISE DO MÉRITO DO PRESENTE WRIT. PRISÃO PREVENTIVA GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA CONTUDO. CABIMENTO DA REVOGAÇÃO DA PRISÃO. TRATANDO-SE DE RÉU PRIMÁRIO. AUSÊNCIA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA. PERICULOSIDADE NÃO DEMONSTRADA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS QUE MERCEM SER CONSIDERADAS. SUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO.

PARECER PELA CONCESSÃO DA ORDEM. CONFIRMANDO A LIMINAR DEFERIDA, PARA REVOGAR A PRISÃO PREVENTIVA. MEDIANTE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO" (fl. 138).

É o relatório.

Decido.

Pela análise da **quaestio** trazida à baila na exordial, verifica-se que o **habeas corpus** investe contra denegação de liminar. De fato, ressalvadas hipóteses excepcionais, é descabido o instrumento heróico, sob pena de ensejar supressão de instância.

Assim o entendimento do Pretório Excelso: **HC 103570, 1ª Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio**, Rel. p/ acórdão Min. **Rosa Weber**, DJe de 22/8/2014; **HC 121828, 1ª Turma**, Rel. Min. **Dias Toffoli**, DJe de 25/6/2014; **HC 123549 AgR, 2ª Turma**, Rel. Min. **Cármem Lúcia**, DJe de 4/9/2014.

Da mesma forma, nesta eg. Corte: **AgRg no HC 285.647/CE, 5ª Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 25/8/2014; **AgRg no HC 296.890/SP, 5ª Turma**, Rel. Min. **Moura Ribeiro**, DJe de 12/8/2014; **AgRg no HC 295.913/SP, 6ª Turma**, Rel. Min. **Sebastião Reis Júnior**, DJe de 5/8/2014; **PET no HC 294.721/PR, 6ª Turma**, Rel. Min. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 24/6/2014.

A matéria, inclusive, já se encontra sumulada: *"Não compete ao*

Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar" (Súmula nº 691/STF).

No caso dos autos, **no entanto**, é de se afastar a incidência do enunciado sumular, ante a ocorrência de flagrante ilegalidade.

Na hipótese, o decreto prisional está fundamentado nos seguintes termos, **in verbis**:

"[...]

"Não há, pois, óbice à homologação do flagrante. Ademais, analisando os autos, verifica-se que é imperiosa a decretação da prisão preventiva dos averiguados como forma de garantir a ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal, nos termos no art. 312, do Código de Processo Penal. De início, cumpre frisar que se afigura admissível a medida, nos termos do art. 313, I, do Código de Processo Penal, pois a pena privativa de liberdade máxima cominada ao delito é superior a quatro anos. A modalidade de prisão em comento, assim como toda medida cautelar, sujeita-se ao preenchimento dos requisitos pertinentes ao fumus boni iuris e periculum in mora, ou, especificamente em relação ao particular aspecto criminal, fumus comissi delicti (prova de existência do crime e indícios suficientes de autoria) e periculum libertatis (materializado na presença de um ou mais pressupostos elencados no supracitado art. 312 do CPP). Não bastasse o crime em questão ser considerado de extrema gravidade e figurar no rol daqueles que estimulam a violência e grave ameaça contra a pessoa para assegurar o ilícito patrimonial, a grave ameaça foi empregada com emprego de arma (pedaços de madeira), fatos que fazem com que a sociedade não suporte mais conviver com tamanha sensação de insegurança, de modo que a garantia da ordem pública deve ser preservada. Assim, por ora, tais elementos indicam a atuação dos averiguados na prática do crime de roubo em testilha, uma vez que foram reconhecidos pessoalmente pela vítima sem sombra de dúvidas como sendo três dos autores do delito em apreço (fl. 6). Trata-se, ademais, de crime de roubo de carga, de incidência epidêmica nos últimos tempos, conforme diversas informações veiculadas através da imprensa, e que demanda postura firme do Estado-Juiz na prevenção e repressão desse tipo de infração, que além de colocar em risco a vida e integridade física dos indivíduos envolvidos na cadeia logística, especialmente os caminhoneiros (como a vítima dos presentes autos), ocasiona em prejuízo coletivo pelo aumento do número de sinistros, do preço das apólices de seguro e, conseqüentemente, dos preços do produto, mormente diante da matriz primordial de transportes do país (rodoviário), sem mencionar consistir em verdadeira força motriz da prática de crimes de receptação, a denotar gravidade concreta das condutas ora em apreço. Não se desconsidera ter havido a participação de agentes outros que não os ora detidos no delito, mas

tal circunstância igualmente não afasta os indícios de autoria até então angariados em relação aos ora averiguados. Ademais, se eventualmente condenado, o averiguado poderá receber penas privativas de liberdade incompatíveis com seu "status libertatis" e, por este motivo, poderão furtar-se da futura aplicação da Lei Penal. Por fim, a conveniência da instrução criminal deve, também, ser preservada, porquanto a liberdade dos averiguados poderá influir na tranquilidade daqueles que serão ouvidos em Juízo, especialmente a vítima que os reconheceu pessoalmente, para trazer a verdade aos autos do processo-crime a ser realizado. Destaque-se, por fim, que o mérito da acusação será objeto de detido exame ao longo da instrução processual. Assim, e em que pese a aparente primariedade dos averiguados (uma vez que JOEL sustentou ter sido processado por três vezes pela prática de crime de roubo, como se vê à fl. 29) e a alegação de residência fixa e ocupação lícita por parte dos averiguados, tais circunstâncias não afastam a presença dos requisitos ensejadores de sua custódia cautelar. Ante o exposto, com fundamento nos artigos 310, II e 312, do Código de Processo Penal, CONVERTO a prisão em flagrante de JOEL FLORES DA SILVA COSTA, PAULO SÉRGIO OLIVEIRA DA SILVA e JEFFERSON DA SILVA DIAS em prisão preventiva" (fls. 42-43).

A análise do trecho transcrito, portanto, permite reconhecer a ocorrência de flagrante ilegalidade, uma vez que os fundamentos que dão suporte à prisão cautelar do paciente, primário, sem antecedentes e que não teve sua conduta individualizada, não se ajustam à orientação jurisprudencial que os Tribunais superiores firmaram acerca da matéria.

Acerca da **quaestio**, destaco o seguinte precedente do col. **Supremo Tribunal Federal**:

"PRISÃO PREVENTIVA – FUNDAMENTOS – IMPUTAÇÃO. A gravidade da imputação não respalda a prisão preventiva, sob pena de tornar-se, em certas situações, automática. PRISÃO PREVENTIVA – PRÁTICA DELITUOSA – SUPosição. A custódia preventiva que vise a regular instrução criminal deve calcar-se em dados concretos, não se podendo supor a prática de atos que objetivem embaraçá-la" (HC n. 114.661/MG, Primeira Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 1º/8/2014).

Sobre o tema, ainda, o seguinte julgado desta **Corte Superior de Justiça**:

"[...] TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. CUSTÓDIA ANTECIPADA BASEADA NA GRAVIDADE DOS FATOS CRIMINOSOS E NA NECESSIDADE DE SE COIBIR A PRÁTICA DE TAIS INFRAÇÕES. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA DA ORDEM CONSTRITIVA À LUZ DO ART. 312 DO CPP. PACIENTE PRIMÁRIA E SEM ANTECEDENTES CRIMINAIS. COAÇÃO ILEGAL DEMONSTRADA. LIMINAR DEFERIDA. CONFIRMAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Para que a prisão cautelar, que é medida de exceção, subsista, não basta que se indiquem abstratamente as hipóteses do art. 312 do CPP, devendo-se apontar os fatores concretos que levaram à sua decretação.

2. Há constrangimento ilegal quando a preventiva encontra-se fundada na gravidade genérica dos fatos denunciados, dissociada de qualquer elemento concreto e individualizado que indicasse a indispensabilidade da prisão cautelar à luz do art. 312 do CPP.

3. Condições pessoais favoráveis, mesmo não sendo garantidoras de eventual direito à soltura, merecem ser devidamente valoradas.

4. Habeas corpus não conhecido, concedendo-se, contudo, a ordem de ofício para, confirmando a liminar anteriormente deferida, revogar a custódia preventiva da paciente, se por outro motivo não estiver presa, mediante o compromisso de comparecimento a todos os atos processuais" (HC n. 271.581/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 27/5/2014, grifei).

Na mesma linha, os seguintes precedentes: AgRg no HC n. 278.766/SP, **Quinta Turma**, Rel.^a Min.^a **Laurita Vaz**, DJe de 26/8/2014; RHC n. 39.351/PE, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 4/9/2014; RHC n. 47.457/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Sebastião Reis Júnior**, DJe de 1º/9/2014; HC n. 275.352/SP, **Sexta Turma**, Rel.^a Min.^a **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 2/9/2014.

Por esses motivos, **não conheço** do presente **habeas corpus**.

Contudo, concedo a ordem, de ofício, para, confirmando a liminar, revogar a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente, salvo

se por outro motivo estiver preso, e sem prejuízo da decretação de nova prisão, desde que concretamente fundamentada, ou da imposição de outras medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

P.I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer
Relator

